GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado de Habitação

INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Concurso Público

ANALISTA DE GESTÃO ORGANIZACIONAL

ADMINISTRAÇÃO

Data: 11/03/2012
Duração: 3 horas

Leia atentamente as instruções abaixo.

01- Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este Caderno, com 50 (cinquenta) questões da Prova Objetiva, sem repetição ou falha, conforme distribuição abaixo:

Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos
01 a 10	11 a 20	21 a 50

b) Um **Cartão de Respostas** destinado às respostas das questões objetivas formuladas nas provas.

02- Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **Cartão de Respostas**. Caso contrário, notifique **imediatamente** o fiscal.

03- Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do **Cartão de Respostas**, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**.

04- No **Cartão de Respostas**, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço interno do quadrado, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**, de forma contínua e densa.

Exemplo: | A | B | ■ | D | E |

05- Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 (cinco) alternativas classificadas com as letras (A, B, C, D e E), mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar **uma alternativa**. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

06- **Será eliminado** do Concurso Público o candidato que:

a) Utilizar, durante a realização das provas, telefone celular, bip, walkman, receptor/transmissor, gravador, agenda telefônica, notebook, calculadora, palmtop, relógio digital com receptor ou qualquer outro meio de comunicação.

b) Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o **Cartão de Respostas.**

Observações: Por motivo de segurança, o candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora a partir do início da prova.

O candidato que optar por se retirar sem levar seu Caderno de Questões ***não poderá copiar sua marcação de respostas, em qualquer hipótese ou meio. O descumprimento dessa determinação será registrado em ata, acarretando a eliminação do candidato****.*

Somente decorridas 2 horas de prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões.

07- Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **Cartão de Respostas.** Os rascunhos e as marcações assinaladas no **Caderno de Questões** não serão levados em conta.

GOVERNO DO Rio de Janeiro

FUNDAÇÃO CEPERJ
Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro

Rio2016

www.ceperj.rj.gov.br
sac@ceperj.rj.gov.br

PORTUGUÊS

A consolidação da regularização fundiária como política urbana no Brasil

A promulgação da Constituição Federal em 1988 coroou o longo processo de democratização do país iniciado, ainda, no final dos anos 1970. A democratização do país foi a ocasião propícia para uma reflexão mais acurada sobre a integração socioespacial das camadas urbanas mais desprotegidas, tanto no plano jurídico quanto no plano social. Diante das pressões dos movimentos sociais urbanos, o capítulo constitucional sobre a política urbana (artigos 182 e 183) reconheceu que tanto a propriedade quanto a própria cidade devem exercer uma função social. Esse mesmo artigo estabeleceu que o município exerce, de agora em diante, um papel central na elaboração e na aplicação das políticas de desenvolvimento urbano local. O instrumento de base dessa política é doravante o Plano Diretor municipal, exigência constitucional para todas as cidades com mais de 20 mil habitantes. As disposições desse capítulo constitucional se focalizam, assim, na instituição de medidas aptas a dissuadir a concentração especulativa do solo, assim como possibilitar a legalização das formas informais de acesso à moradia.

Este último aspecto revela-se crucial diante do índice de informalidade fundiária das cidades brasileiras. Segundo Edésio Fernandes (2002, p.52), essa informalidade pode atingir, por exemplo, quase 50% da população das duas principais metrópoles brasileiras (São Paulo e Rio de Janeiro). Ao regulamentar as disposições do supracitado capítulo constitucional, a lei do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001) contribuiu para consolidar a regularização fundiária como uma das principais diretrizes da política urbana no Brasil. Antes de analisarmos as disposições da legislação brasileira sobre esse assunto, impõe-se, inicialmente, uma breve análise das diferentes questões sociopolíticas relativas à legalização do solo.

A regularização fundiária consiste em regularizar a posse dos habitantes e promover a urbanização do local sem recorrer à remoção da população para outras localidades. A regularização fundiária é frequentemente limitada à transferência de títulos fundiários, sobretudo os de propriedade privada. Medida, aliás, preconizada como "solução milagrosa" pelas instituições internacionais e celebrizada, nos últimos anos, pelos trabalhos do economista peruano Hernando de Soto. Os governos dos países em desenvolvimento abandonaram, a partir dos anos 1980, os esforços para a construção em massa de moradias populares na periferia das cidades e se concentraram, sobretudo, na ideia de que a legalização do informal, aliada a uma desregulamentação mais acentuada do mercado imobiliário, poderia atenuar o preço do solo, suscitando, enfim, uma oferta mais consistente de moradias, erguidas, geralmente, pela autoconstrução. O balanço que se obtém 20 anos mais tarde é, todavia, um enorme fracasso. A regularização fundiária, onde foi efetivamente realizada, liberou o solo e desencadeou uma pressão do mercado imobiliário sobre os bairros beneficiados que eram, até então, relativamente protegidos, justamente em razão da sua ilegalidade. O fenômeno atual de segregação urbana torna-se, assim, mais um produto derivado das leis de mercado que o resultado da recusa, por parte das autoridades públicas, do reconhecimento oficial da existência dos bairros informais. A solução do mercado originou outras formas de exclusão que apenas fizeram aumentar o círculo de informalidade, agora concentrado nas regiões cada vez mais periféricas, insalubres e/ou ecologicamente precárias das cidades.

Esse modelo, ao menos no caso específico das favelas, foi apenas parcialmente aplicado no Brasil. A política de urbanização das favelas, implementada a partir dos anos 1980, não foi necessariamente seguida da regularização fundiária plena desses espaços. A ilegalidade fundiária, conjugada à violência imposta pelos narcotraficantes num grande número de favelas, desestimula, nos dias atuais, a entrada dos grandes promotores imobiliários no mercado imobiliário das favelas. O fim das políticas de remoções em massa e a ausência de um controle público mais efetivo sobre o crescimento das favelas asseguraram, todavia, a relativa segurança da posse dos habitantes das favelas e o florescimento do mercado imobiliário no interior desses espaços. Esse mercado se apresenta concentrado nas mãos de alguns "latifundiários", muitas vezes ligados às redes mafiosas locais. A flexibilidade urbanística nas favelas permite, ainda, uma oferta consistente de habitações a preços reduzidos. A despeito da especulação imobiliária, as favelas se revelam, pelo menos por enquanto, um relevante meio de acesso à moradia para as camadas mais desfavorecidas das metrópoles brasileiras.

Nesse contexto, a regularização fundiária deve-se concentrar menos sobre uma lógica mercadológica de fluidificação das transações imobiliárias e de alargamento da base fundiária fiscal do município do que sobre a redução da insegurança que afeta as relações fundiárias, como aliás já destacou a campanha pela segurança da posse, promovida pela UN-Habitat, desde 1997. A precariedade jurídica do acesso ao solo nas favelas sempre serviu como justificativa não somente para as expulsões arbitrárias, mas também para a ausência de serviços públicos adequados nesses espaços. A insegurança fundiária também limitou o investimento dos moradores em suas casas e em seus bairros. A regularização fundiária se manifesta, assim, como um elemento imprescindível para se materializar o direito à moradia, integrando, aliás, esse direito específico ao leque de direitos que constitui o direito à cidade.

A legalização da moradia garante, de fato, direitos sociopolíticos às populações das favelas que adquirem recursos jurídicos indispensáveis para enfrentar os diferentes conflitos de ordem fundiária/imobiliária, seja entre vizinhos, seja ante os pretensos proprietários dos terrenos ocupados pela favela, ou mesmo ante as autoridades públicas. A regularização fundiária pode, por sua vez, desempenhar um importante papel na planificação urbana, por meio da imposição de regras urbanísticas às construções e ao uso do solo nas favelas. Dependendo da natureza do título outorgado aos habitantes, ela pode até mesmo contribuir ativamente para a gestão do fundiário, limitando tanto a excessiva valorização do solo quanto o aumento da exclusão espacial no interior das metrópoles.

(Adaptado de: GONCALVES, R.S. Repensar a regularização fundiária como política de integração socioespacial. *Estud. av.*, 2009, vol.23, n.66. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142009000200017&lng=en&nrm=iso>)

01. O texto defende a ideia de que a:

A) regularização fundiária das favelas é fundamental para garantir o direito à moradia das populações urbanas
B) legalização da moradia garante os direitos das populações das favelas pois promove a planificação urbana
C) precariedade jurídica do acesso ao solo nas favelas serve como mecanismo para garantir direito à moradia
D) legitimação da posse dos habitantes das favelas atenua o preço do solo e aumenta a oferta de moradia
E) realização da regularização fundiária desencadeou uma pressão do mercado sobre os bairros beneficiados

02. Segundo o texto, é correto afirmar que a Constituição Federal de 1988:

A) respondeu a uma reflexão inadequada sobre a política urbana ocorrida durante a redemocratização do país
B) garantiu a função social da propriedade, fazendo eco às reivindicações dos movimentos sociais urbanos
C) estabeleceu que o governo federal e os estaduais não têm ingerência sobre a política urbana
D) determinou que todos os municípios tenham um Plano Diretor que vise ao desenvolvimento urbano local
E) estimulou a criação do Estatuto da Cidade, que não funcionou em função da pressão do mercado

03. O texto é um fragmento de artigo acadêmico. Dentre as características desse gênero, o texto **não** apresenta:

A) predomínio da impessoalidade
B) citações explícitas de outros textos
C) preponderância de sequências descritivas
D) emprego da norma de prestígio
E) presença de argumentação

04. "Antes de analisarmos as disposições da legislação brasileira sobre esse assunto, impõe-se, inicialmente, uma breve análise das diferentes questões sociopolíticas relativas à legalização do solo."

(2º parágrafo)

No fragmento acima reproduzido, o emprego da 1ª pessoa do plural tem o papel de:

A) designar um sujeito coletivo que se responsabiliza pelo que foi dito
B) incluir enunciador e leitor, para aproximá-los
C) evitar a 1ª pessoa do singular como estratégia de polidez
D) marcar um sujeito institucional, representado pela universidade
E) indicar um enunciador coletivo, mas difuso e amplificado

05. No 4º parágrafo, a palavra "latifundiários" encontra-se entre aspas porque:

A) designa o signo linguístico em si mesmo
B) indica um uso diferente do sentido usual
C) delega a compreensão do sentido ao leitor
D) atribui a outros enunciadores o dito
E) sugere o seu pertencimento a outro código linguístico

06. "A precariedade jurídica do acesso ao solo nas favelas sempre serviu como justificativa não somente para as expulsões arbitrárias, mas também para a ausência de serviços públicos adequados nesses espaços [...]"

(5º parágrafo)

No fragmento acima reproduzido, "mas também" apresenta valor semântico de:

A) adversidade
B) causalidade
C) concessão
D) condição
E) adição

07. De acordo com o texto, no que diz respeito à política de regularização fundiária, o comentário correto para a chamada "solução milagrosa" é:

A) foi amplamente empregada por países desenvolvidos para a legalização das moradias informais
B) atenuou o preço do solo, mas fracassou principalmente nos países em desenvolvimento
C) realizou a regularização fundiária e proporcionou a diminuição do preço do solo urbano
D) fracassou, pois ocorreu uma pressão do mercado imobiliário nos bairros beneficiados
E) triunfou no Brasil, embora não tenha havido uma regularização fundiária plena das favelas

08. "Esse modelo, ao menos no caso específico das favelas, foi apenas parcialmente aplicado no Brasil."

(4º parágrafo)

No fragmento acima, o trecho entre vírgulas tem um papel:

A) explicativo
B) distributivo
C) enumerador
D) resumidor
E) comparativo

09. No texto, parte-se do pressuposto de que:

A) há serviços públicos adequados nos espaços legalizados e nos não legalizados
B) as favelas representam meio de acesso inadequado à moradia
C) os direitos sociopolíticos da população das favelas estão garantidos
D) ocorrem expulsões arbitrárias de cidadãos cujas moradias não são legalizadas
E) a exclusão espacial nas cidades brasileiras valoriza o solo

10. No texto usa-se em sentido figurado a palavra:

A) coroou *(1º parágrafo)*
B) crucial *(2º parágrafo)*
C) celebrizada *(3º parágrafo)*
D) narcotraficantes *(4º parágrafo)*
E) vizinhos *(6º parágrafo)*

CONHECIMENTOS GERAIS

11. De acordo com os princípios fundamentais expressos na Constituição do Estado do Rio de Janeiro, **não** se vincula à soberania popular:

A) sufrágio universal
B) plebiscito
C) referendo
D) iniciativa popular do processo legislativo
E) educação ampla

12. A Constituição do Estado do Rio de Janeiro organiza internamente os poderes do Estado, dentre os quais encontra-se o seguinte:

A) Igreja
B) Imprensa
C) Povo
D) Legislativo
E) Ministério Público

13. No exercício de sua autonomia, o Estado do Rio de Janeiro pode vincular-se a outros órgãos para consecução dos objetivos inerentes à proteção do patrimônio público, podendo, nessa trilha, nos termos da Constituição Estadual, estabelecer convênios com os seguintes órgãos, **exceto**:

A) União
B) Empresas Tabagistas
C) Municípios
D) Fundações Públicas
E) Estados Federados

14. Nos termos da legislação especial, o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ) tem natureza jurídica de:

A) Fundação
B) Sociedade de Economia Mista
C) Autarquia
D) Secretaria
E) Empresa Pública

15. Nos termos da legislação estadual, o ITERJ possui inúmeras competências dentre as quais **não** se inclui:

A) desenvolver estudos e fixar critérios para a utilização das terras, sejam públicas ou privadas, e identificar terras abandonadas, subaproveitadas e reservadas à especulação
B) organizar serviços e documentação cartográfica, topográfica e cadastral, bem como de estatísticas imobiliárias necessárias para atingir os objetivos da política agrária ou fundiária
C) promover regularização fundiária e intermediar conflitos pela posse da terra
D) adquirir terras através de procedimentos judiciais ou extrajudiciais para regularização fundiária urbana e rural
E) fornecer subsídios financeiros para empresas que pretendam atuar no Estado com a finalidade de proporcionar desenvolvimento econômico

16. Nos termos da legislação estadual, o ITERJ possui autonomia financeira. Sobre esse tema, é correto afirmar:

A) O Instituto tem suas despesas custeadas totalmente pelo Tesouro Estadual mediante dotação orçamentária específica.
B) Os serviços prestados pelo ITERJ são gratuitos e realizados amplamente, inclusive fora do território estadual.
C) Poderão integrar o orçamento do ITERJ verbas obtidas de convênio com a União Federal.
D) O Diretor-Presidente do ITERJ é exclusivamente o gestor de contas do órgão.
E) O ITERJ não pode receber doações de entes privados ou contribuições de outras entidades públicas.

17. Nos termos da legislação específica, **não** se inclui nas atribuições do Conselho de Administração:

A) promover e incentivar a participação de instituições públicas e privadas na formação e realização da política fundiária
B) apresentar parecer conclusivo, aprovando ou não as contas do ITERJ, ao término do seu período de atuação, independentemente de o mesmo procedimento ser adotado quando do encerramento do exercício financeiro
C) compatibilizar a ação do ITERJ com as normas e diretrizes da Política Agrária Nacional
D) propor a celebração de convênios de cooperação técnica e a promoção de intercâmbio com entidades nacionais e estrangeiras
E) propor a política de atuação a ser executada nos assentamentos

18. Nos termos da Constituição Estadual, devem ocorrer incentivos a determinadas atividades no setor pesqueiro, dentre as quais cita-se:

A) aquicultura
B) equinocultura
C) pescocultura
D) camarocultura
E) vacumcultura

19. Com a realização da Rio mais 20 no ano de 2012, os olhares novamente são postos no Rio de Janeiro em tema ambiental. A Constituição do Estado do Rio de Janeiro, quando ocorre a utilização de recursos naturais com finalidades econômicas para fins de custeio da fiscalização e recuperação dos padrões de qualidade ambiental, prevê a criação de:

A) imposto
B) taxa
C) contribuição
D) tarifa
E) preço

20. Nos termos da Política Urbana regulamentada pela Constituição do Estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar que é assegurada, quanto às áreas faveladas e de baixa renda, como regra geral, **exceto**:

A) urbanização
B) regularização fundiária
C) titulação
D) remoção dos moradores
E) preservação do meio ambiente

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. A delegação de competência é utilizada como instrumento de descentralização administrativa com o objetivo de:

A) observar as normas gerais que regulam o exercício das atividades auxiliares
B) assegurar maior rapidez e objetividade às decisões, situando-as na proximidade dos fatos, pessoas ou problemas a atender
C) controlar a aplicação dos dinheiros públicos e guardar os bens da União
D) promover o desenvolvimento econômico-social do país e a segurança nacional
E) coordenar as atividades da Administração Federal e executar os planos e programas de governo

22. De acordo com o artigo 22 da Lei n° 8666/1993, a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação, constitui-se como:

A) concorrência
B) convite
C) concurso
D) leilão
E) tomada de preço

23. No gerenciamento da qualidade total (Total Quality Management – TQM), quando uma operação interna da organização é transferida para outra organização que consiga fazê-la melhor e mais barato, é pertinente afirmar que essa técnica de TQM denomina-se:

A) Downsizing
B) Outsourcing
C) PDCA
D) Brainstorming
E) Kanban

24. Os estudiosos pioneiros no esforço para criar uma definição do processo de administrar, afirmando que a eficiência das operações produtivas, embora importante, não era suficiente para assegurar a realização dos objetivos da empresa, chamam-se

A) Gulick e Urwick
B) Newman e Koontz
C) Mooney e Reiley
D) Koontz e O'Donnell
E) Taylor e Fayol

25. Com base em Kotler (2006, p.40) a alternativa que compreende as três ações-chaves do planejamento estratégico para atingir os objetivos de longo prazo é:

A) gerenciar os negócios da empresa, avaliar os pontos fortes e estabelecer a estratégia
B) estabelecer o plano de ação, contratar recursos humanos e estabelecer as táticas
C) negociar com fornecedores, analisar a concorrência e identificar os produtos substitutos
D) determinar recursos materiais, implantar metas e negociar prazos
E) identificar problemas, selecionar objetivos e metas e controlar recursos humanos

26. As organizações desenvolvem declarações de missão que devem ser compartilhadas com gerentes, funcionários e, em muitos casos, com clientes. Quando bem formulada, a missão fornece aos funcionários:

A) uma lista de atributos, regras e normas a serem seguidas
B) a relação de forças e fraquezas da organização
C) um quadro de normas e técnicas da organização
D) um senso compartilhado de propósito, direção e oportunidade
E) os parâmetros determinantes dos objetivos de longo prazo

27. A análise dos recursos internos da organização deve levar a administração a uma avaliação clara das suas forças e fragilidades. A resultante dessa análise permite que a organização identifique:

A) as ameaças externas
B) a qualidade de seus produtos
C) o nível de estoque
D) a força da concorrência
E) a competência diferencial

28. A viabilidade de uma estratégia de foco é dependente:

A) do tamanho do segmento e da capacidade de suportar os custos adicionais
B) da capacidade tecnológica instalada e do serviço superior à concorrência
C) da eficiência de operações e da economia de escala
D) das inovações tecnológicas e da mão de obra especializada
E) do reconhecimento global da imagem da marca e do baixo custo operacional

29. A ideia original da estratégia aplica-se a todas as situações de concorrência. Segundo Maximiano (2004, pág 162), "os caminhos são definidos como diretrizes ou linhas gerais de ação. Por isso, as estratégias também são chamadas de":

A) desempenho organizacional
B) acordos de cooperação
C) políticas de negócios
D) resultados efetivos
E) cultura organizacional

30. Na etapa de programação do planejamento do uso do tempo, a lógica, a decisão e os condicionantes externos são os fatores que influenciam o processo:

A) da identificação das atividades
B) do sequenciamento das atividades
C) da estrutura analítica
D) da análise dos objetivos
E) do desenho do cronograma

31. Segundo a teoria dos dois fatores, um dos mais influentes estudos sobre a motivação para o trabalho proposta por Frederick Herzberg e colaboradores, é correto dizer que os fatores intrínsecos:

A) promovem a motivação
B) aumentam a insatisfação
C) reduzem a insatisfação
D) produzem a satisfação
E) aumentam a motivação

32. A frustração pode ser um impulso poderoso para a ação humana. A alternativa que apresenta os tipos de comportamentos produzidos pela frustração é:

A) conformidade, estima e segurança
B) fuga ou compensação, resignação e agressão
C) ambição, interesse e competências
D) resignação, emoção e resiliência
E) atitude, apatia e conformidade

33. O alargamento de tarefas, rodízio e *empowerment* são as principais técnicas criadas para resolver problemas de desempenho humano e dizem respeito à seguinte prática motivacional:

A) programa de incentivos
B) participação nos lucros
C) redesenho de cargos
D) programa de reconhecimento
E) participação nos resultados

34. A alternativa que apresenta um dos pressupostos sobre a natureza humana que identifica a teoria Y de McGregor é:

A) as pessoas não têm desprazer inerente em trabalhar
B) as pessoas são indolentes e preguiçosas por natureza
C) o homem tem aversão às mudanças e trabalha o mínimo que pode
D) o homem é basicamente egocêntrico
E) as pessoas não gostam de assumir responsabilidades e preferem ser dirigidas

35. Quando a liderança põe ênfase tanto no líder como nos subordinados, pode-se afirmar que é um estilo básico de liderança do tipo:

A) autoritário
B) liberal
C) consultivo
D) informal
E) democrático

36. Em sentido mais amplo, os profissionais de marketing têm como objetivo provocar uma resposta comportamental da outra parte. Quando se efetiva a equação "A dá X a B e recebe Y" em troca, dizemos que houve uma:

A) doação
B) transferência
C) aliança
D) caridade
E) transação

37. Em última instância, o resultado do marketing de relacionamento é a construção de um ativo insubstituível da empresa denominado:

A) orientação para vendas
B) rede de marketing
C) convergência setorial
D) globalização de mercados
E) cadeia de fornecedores

38. Do ponto de vista de um comprador, cada ferramenta de marketing é projetada para oferecer um benefício ao cliente. Relacione os 4 P's na coluna da esquerda aos 4 C's à direita.

1- Produto	( )	Custo
2- Preço	( )	Comunicação
3- Praça	( )	Conveniência
4- Promoção	( )	Cliente

A sequência correta é:

A) 2, 4, 3, 1
B) 1, 2, 3, 4
C) 4, 3, 2, 1
D) 2, 1, 3, 4
E) 3, 2, 4, 1

39. O principal fator que favorece o início de qualquer pesquisa de marketing por dados secundários é:

A) cumprimento dos prazos
B) disponibilidade de fontes
C) redução de custos
D) precisão dos dados
E) estratificação do universo

40. O tamanho de um mercado está ligado ao número de compradores que pode existir para determinada oferta. O conjunto de consumidores que está comprando o produto da empresa faz parte do mercado:

A) disponível
B) atendido
C) alvo
D) potencial
E) global

41. Uma empresa usa uma estratégia financeira conservadora. A conseqüência dessa escolha é:

A) aumenta o retorno e diminui o risco.
B) aumenta o retorno e aumenta o risco.
C) diminui o retorno e aumenta o risco.
D) iguala retorno e risco
E) diminui o retorno e diminui o risco.

42. Uma vez que gerenciar contas a receber é como gerenciar qualquer outro investimento, as decisões sobre o nível de contas a receber devem ser orientadas pelo seguinte fator:

A) impacto das contas a receber sobre as vendas
B) valor das contas a receber
C) efeito dos níveis de contas a receber nas relações com clientes
D) análise de custo-benefício
E) quantia de crédito de curto prazo sem garantia

43. Listar as atividades básicas empreendidas por uma unidade e destinar um valor monetário a cada uma é um tipo de orçamento utilizado para controlar:

A) o lucro
B) o dispêndio de capital
C) a despesa
D) o caixa
E) a receita

44. Os índices financeiros são usados pelos gerentes como dispositivos de controle interno para monitorar a eficácia com que a organização utiliza seus ativos, dívida e estoques, entre outras possibilidades. O índice corrente, que tem por objetivo o teste de liquidez, é uma relação entre os seguintes valores:

A) ativo corrente e lucro líquido
B) dívidas totais e ativo corrente
C) lucro líquido e passivo corrente
D) ativo corrente e passivo corrente
E) vendas e ativo corrente

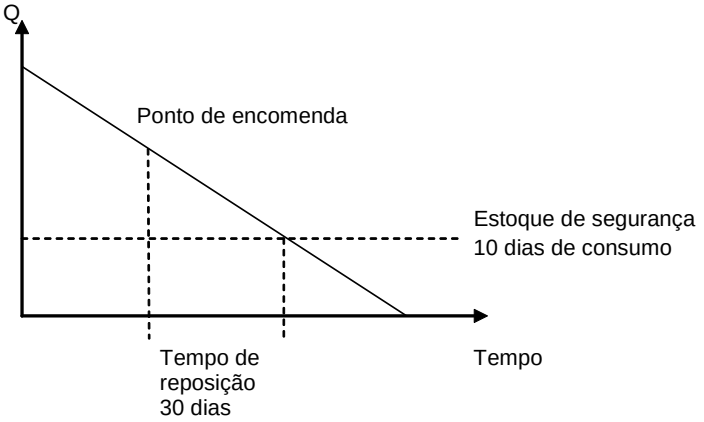
45. A alternativa que representa o objetivo da área de gestão dos estoques é:

A) maximizar o uso do capital total investido em estoques, pois ele é oneroso e aumenta continuamente, uma vez que o custo financeiro diminui quando o nível de serviço aumenta
B) garantir o suprimento dos materiais necessários ao bom funcionamento da empresa, evitando faltas, paralisações eventuais na produção e satisfazendo as necessidades dos clientes e usuários
C) prover o material certo, no lugar certo, no instante correto, com a preocupação de aumentar os níveis de serviços, nem que para isto tenha que onerar os custos de obtenção e distribuição
D) acumular estoque para assegurar a disponibilidade de mercadorias e maximizar os custos totais de produção e distribuição
E) manter os bens necessários em abundância e disponíveis no instante correto para atender a produção ou operação

46. Uma empresa deseja adotar um método de previsão de consumo baseado em dados históricos que a levem a encontrar parâmetros de uma equação de tal sorte, que a soma dos quadrados dos desvios entre os valores reais e os valores projetados pela equação de ajustamento seja mínima. Diante do exposto, o melhor método seria:

A) suavização exponencial
B) média móvel ponderada
C) média móvel
D) regressão linear
E) média aritmética

47. Uma empresa utiliza o sistema de revisão contínua ilustrado no gráfico abaixo para determinar a quantidade a ser periodicamente adquirida de um item de estoque. Sendo 80 unidades por dia o consumo desse item, o ponto de encomenda, em unidades, é:



A) 3.200
B) 3.000
C) 2.400
D) 2.800
E) 2.000

48. O conceito de vida econômica de um bem é:

A) intervalo de tempo entre dois pedidos consecutivos de um bem
B) perda do valor do bem, decorrente do uso, deterioração ou obsolescência tecnológica
C) período de tempo entre a compra e a venda de um bem
D) tempo de fabricação ou de fornecimento do pedido pelo fornecedor
E) período de tempo em que o custo anual equivalente de possuir e de operar o bem é mínimo

49. A identificação dos itens de maior valor de demanda e sobre eles exercer uma gestão bem mais refinada, especialmente porque representam altos valores de investimentos e seu controle mais apurado vai permitir grandes reduções nos custos dos estoques, é o principal objetivo:

A) do lote econômico de compras
B) da gestão do patrimônio
C) do giro dos estoques
D) da análise ABC
E) da revisão contínua

50. O modelo de reposição periódica, também chamado de modelo do intervalo padrão, consiste em:

A) determinar com facilidade o período entre as revisões
B) emitir os pedidos de compras em lotes programados em intervalos de tempos fixos
C) disponibilizar os consumos dos itens de estoque e os respectivos preços
D) emitir um pedido de compras, com quantidade igual ao lote econômico, sempre que o nível de estoque atingir o ponto de pedido
E) determinar os pedidos de compras em intervalos de tempo variados